

Aos cinco dias do mês de abril de dois mil e vinte e um às 17h, as integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES se reuniram em ambiente virtual na plataforma Teams da Microsoft. Para iniciar os trabalhos, foi realizada a contagem de quórum para a abertura da reunião. Após a contagem, Heloísa deu início à reunião apresentando os pontos da pauta a serem discutidos. Concernente ao primeiro item, a aprovação das duas últimas atas das reuniões do Pleno, Cláudia reiterou que a leitura de ambas foi realizada na abertura da mesa diretora e que estavam de acordo com o que havia sido discutido nas reuniões em questão. Não havendo nenhum destaque, o Pleno aprovou as atas. Alexandra Dantas se absteve da votação por não conseguir fazer a leitura das atas previamente. Antes de prosseguir com os pontos da reunião, Cláudia lembrou que foi desenvolvida uma nota de pesar pelo falecimento de Íris Nogueira Conselheira representante da União da Juventude brasileira, e solicitou registrar sua fala, reafirmando os pêsames de todo o Pleno diante desta perda. Reafirmou também o compromisso das Conselheiras Municipais com a saúde pública e a vida, frisando a importância da vacinação em massa. Dando continuidade aos pontos da pauta e iniciando a discussão acerca da formalização dos grupos de trabalho (GTs), Heloísa comunicou que enviou junto à convocação da presente reunião a configuração destes grupos discutida no último encontro, em oito de fevereiro de dois mil e vinte e um. Comunicou que a Conselheira Regional da Zona Oeste, Ana Kraus, solicitou via e-mail participar do Grupo de Trabalho de Comunicação, ao qual foi incluída. Roberta, do Grupo Mulheres do Brasil, questionou via e-mail se as demais membros da organização poderiam participar de outros grupos de trabalho como ouvintes, Heloísa comunicou ao Pleno que optou por aguardar a realização da presente reunião para que a decisão sobre esta demanda fosse conjunta. Cláudia observou que o regimento do Conselho não implica em objeções quanto à participação externa, desde que restrinja-se a categoria de ouvinte. Alexandra Dantas questionou se poderia convidar cidadãs a participar dos GTs, Neide manifestou seu interesse em atuar no Grupo de Orçamento conjuntamente com Alexandra, Heloísa solicitou que a ordem de inscrições de de fala realizadas pelo chat fosse respeitada, e passou a palavra para Tainã e em seguida para Manu Molina. Tainã solicitou esclarecimentos acerca da situação do Conselho Gestor da Casa da Mulher Brasileira, Malu Molina manifestou interesse em participar de

algum GT e pediu esclarecimentos sobre o procedimento para a participação nestes. Ana Cristina esclareceu à Tainã que o Conselho Gestor da Casa da Mulher Brasileira realiza reuniões mensais desde a inauguração da Casa, em novembro de 2019, para tratar de questões e demandas estruturais e organizacionais. Ana Cristina pontuou, ainda, que a participação dos membros do GT da Casa da Mulher Brasileira ocorreria a partir da formalização dos GTs, na presente reunião. Respondendo à Malu, Heloísa informou que a partir das manifestações de interesse para a participação em diferentes GTs registradas na última reunião foi criado um escopo dos GTs e enviado por e-mail às membros, para ser formalizado na presente reunião. Sugeriu, inclusive, que os GTs fossem formalizados com a composição do momento da reunião, acrescida às manifestações de interesse que ali ocorressem, dispondo também de um prazo de cinco dias para novas inscrições a serem feitas via e-mail. Neide foi incluída no GT de Orçamento e Malu Molina no de Comunicação. Patrícia Lopes manifestou interesse em participar do GT da Casa da Mulher Brasileira, Alexandra protestou solicitando maiores esclarecimentos sobre a composição deste GT bem como sobre o funcionamento deste. Fátima indagou se diante de sua ausência em alguma reunião do GT sua suplente poderia participar ou vice-versa. Cláudia esclareceu que a participação nos GTs são decisões individuais, e não por chapas. Reiterou ainda que os GTs criados pelo Pleno são incorporados pelo Conselho Gestor, e nas reuniões destes, apenas as inscritas no GT podem participar. Ana Cristina lembrou ao Pleno que as reuniões do Conselho Gestor da Casa da Mulher Brasileira são mensais e tratam de assuntos de governança da casa, bem como da definição de fluxos internos. Cláudia pontuou que após a reunião, as Conselheiras que compõem o GT da Casa da Mulher Brasileira seriam apresentadas formalmente à Coordenação da Casa, bem como ao Conselho Gestor, solicitando a incorporação. Inteirou, ainda, que suplentes e titulares podem participar dos grupos temáticos e usufruir de direito à voz; contudo nas reuniões do Conselho Gestor, participam apenas àquelas inscritas no GT. Dando continuidade aos pontos da pauta, a Carta de Apresentação das Conselheiras a ser aprovada pelo Pleno foi apresentada e lida por Heloísa. Alexandra sugeriu que o documento deveria passar por algumas alterações, postergando sua aprovação. Cláudia sugeriu que a votação ocorresse durante a reunião. Diante de 21 votos favoráveis à aprovação do

documento como estava, e 5 votos para que o documento fosse enviado ao grupo de Conselheiras para ser apreciado e posteriormente votado na próxima reunião do Pleno, procedeu-se assim para a aprovação do documento a ser publicado no Diário Oficial. Prosseguindo para o ponto seguinte da pauta, tratante dos Informes sobre Segurança CMB/Guardiã Maria da Penha, Heloísa apresentou e leu para o Pleno um ofício redigido por Adriana Magalhães, Conselheira da CUT, e por Pâmela Godoy, Coordenadora do Projeto “Basta! Não iremos nos calar”, do Sindicato dos Bancários, solicitando uma série de informações sobre o Programa Guardiã Maria da Penha, sendo endereçado à Coordenação de Políticas para Mulheres. Cláudia pontuou que o Pleno deveria encaminhar este ofício para os órgãos solicitados nele, Ana Cristina se dispôs a realizar tal encaminhamento junto à Secretaria Municipal de Segurança Urbana e a Coordenadora do Programa Guardiã Maria da Penha. Drika pontuou a importância do ofício estar anexado junto à ata da presente reunião. Tainã recomendou que o ofício fosse encaminhado também para a GCM, responsável por algumas competências das quais foram solicitadas maiores informações no ofício. Heloísa pontuou que o ofício, uma vez aprovado pelo Conselho, passará por algumas modificações de modo a adequar seu novo remetente, o Conselho Municipal de Políticas para Mulheres. Cláudia lembrou que tal resolução constaria em ata, e Alexandra Dantas retirou sua abstenção na aprovação das atas das duas últimas reuniões. Sem objeções, o ofício foi aprovado. Antes do prosseguimento para o próximo ponto da pauta, Patrícia Leite indagou se haveria a viabilidade de inverter a ordem dos dois próximos pontos da pauta por questões de disponibilidade de horário, e o Pleno acatou. Prosseguindo com o andamento da reunião, o item dos programas de distribuição de cestas básicas para mulheres foi iniciado por uma explicação de Patrícia acerca da composição deste serviço, configurando não um programa de distribuição, mas à uma portaria (Portaria nº 12 de 12/03/2021, SMADS) destina à compra de cestas básicas a verba que era inicialmente aplicada em atividades dos CDCM que por ora estão suspensas devido à pandemia de Covid-19. Reiterou, portanto, que não há um programa estruturado para a distribuição de cestas, mas sim a portaria em questão atuando com o remanejamento dos repasses. Heloísa lembrou que a inclusão deste ponto na pauta serviria para maiores esclarecimentos acerca do funcionamento deste serviço de distribuição de cestas básicas nos

equipamentos, de modo a evitar equívocos de interpretação. Regiane solicitou maiores esclarecimentos sobre a arrecadação de doações e distribuição nos centros de referência. Drika pediu maiores informações sobre o programa Cidade Solidária. Heloísa alertou que a portaria nº 12 e o programa Cidade Solidária são duas coisas distintas. Ana Cristina esclareceu que os serviços de SMDHC estão coletando doações da sociedade civil nos equipamentos, mas que as entregas são feitas por intermédio das entidades inseridas no programa Cidade Solidária. Relembrou também que o Cidade Solidária é um programa que não estava sob as responsabilidades da SMDHC, e foi migrado para esta no início de dois mil e vinte e um, passando portanto por uma fase de reorganização e readequação. Ana Cristina enfatizou que os equipamentos da SMDHC são postos de arrecadação e não de distribuição. Alexandra solicitou esclarecimentos sobre o que está sendo feito em relação à dificuldade de cadastramento no programa, bem como quais são os critérios para a inscrição neste. Ana Cristina esclareceu, Cláudia sugeriu que entidades que estejam tentando se cadastrar sem sucesso entrassem em contato direto com a Ana Cristina para sanar eventuais dúvidas, e Ana Cristina se dispôs. Fátima questionou quantas entidades estão inscritas no programa. Heloísa esclareceu que o programa Cidade Solidária está sob a competência de uma coordenação específica da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, e não da Coordenação de Políticas para Mulheres. Alexandra indagou a mensuração da verba da SMDHC destinada para a compra destas cestas básicas. Cláudia sugeriu que estes pedidos de informação fossem formalizados ou buscados através do portal de transparência. Seguindo para o próximo ponto da pauta, Ana Cristina observou que o auxílio aluguel, diferentemente do auxílio hospedagem, surge como um benefício efetivo e não emergencial, e esmiuçou fluxos de atendimento, logística e funcionamento, elencando as etapas desde o atendimento pré-cadastro até o recebimento do pagamento. Camila contestou os critérios para o acesso ao auxílio aluguel, referindo-se à judicialização dos processos e à necessidade de estar sob medida protetiva para ser contemplada pelo auxílio, pontuando a dificuldade de acesso à justiça em casos de extrema vulnerabilidade socioeconômica. Ana Cristina elucidou que este critério do acesso à medidas protetivas é um importante propulsor da visibilidade da violência doméstica e de tentativas de feminicídio, fomentando os dados sobre

estas mazelas. Camila replicou que compreende a questão de dados que a Prefeitura enfrenta, mas justificou a existência de outras fontes de dados, como a Secretaria da Segurança Pública e os registros de boletim de ocorrência. Questionou, ainda, a efetividade deste critério. Alexandra sugeriu que a nota técnica que a Camila pontuou, elaborada pelo Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM) e encaminhada à CPI da Mulher fosse anexada junto aos demais documentos da reunião. Cláudia se opôs e sugeriu que para maior objetividade no trato destas demandas de mudança, o Pleno poderia organizar e sistematizar ações a serem propostas ao governo. Alexandra rebateu, reafirmando sua percepção da necessidade do documento ser anexado junto à ata e, portanto, aprovado pelo Pleno. Cláudia contestou que tal medida seria pouco propositiva e articulada, e sugeriu que este documento fosse apresentado na mesa diretora junto à Cláudia Carletto, secretária de direitos humanos, sugerindo discussões de cunho propositivo e alterações. Camila sugeriu que houvesse uma conversa entre a mesa diretora e o NUDEM, em presença de Paula Santana, defensora no Núcleo e responsável pela nota técnica em questão. Alexandra rebateu que sua proposição de anexo da nota técnica junto à ata visava o caráter oficial do debate. Heloísa pediu atenção à ordem das falas. Cláudia ponderou que os levantamentos de Camila não foram discutidos anteriormente e deveriam ser melhor estruturados e sistematizados para a realização de um debate mais objetivo. Sugeriu, ainda, que o Pleno procure Paula Santana e Cláudia Carletto para discutir tais falhas legais observadas por Camila no Programa Guardiã Maria da Penha. Márcia concordou. Cláudia suscitou o encaminhamento: formular os questionamentos conjuntamente com a Camila em uma reunião entre a mesa diretora e o NUDEM e encaminhá-los formalmente para a Secretaria. Sem objeções, o Pleno aprovou o encaminhamento. Prosseguindo para o último item da pauta, sobre a proposta de articulação de uma campanha apresentada pela UBM para a criação de uma Casa da Mulher Brasileira na Zona Leste. Ana Cristina iniciou com a explicação da necessidade da existência e expansão do atendimento da Casa da Mulher Brasileira, e apresentou a proposta da UBM de construir uma Casa em outra região de São Paulo. Ponderou também que de acordo com as demandas solicitadas por Conselheiras, a região do extremo leste seria prioritária neste momento, por ser a mais rarefeita em termos de infraestrutura e equipamentos.

Cláudia pontuou a importância do apoio do Conselho neste processo e comunicou que os trâmites dos processos desta campanha estão sendo elaborados de forma democrática, com a participação da sociedade civil residente da região. Melissa pontuou que este projeto não pode deixar de se ater à necessidade de se expandir para outras regiões, Adriana e Fátima reforçaram. Cláudia reforçou a necessidade da participação do Conselho no processo de construção da campanha da UBM, podendo se desdobrar para outras campanhas, e convocou a quem se dispusesse a ajudar a realizar a plenária sobre a construção desta nova Casa. Reforçou, ainda, que a Camila será acionada para o debate acerca de suas colocações sobre o programa Guardiã Maria da Penha. Sem mais manifestações, Cláudia encerrou a reunião agradecendo a presença de todas.